

Santana vê estabilidade já no segundo semestre

* 9 JAN 1992

JORNAL DE BRASÍLIA

O primeiro semestre ainda será de dificuldades para a economia, mas a partir de agosto ela estará estabilizada e pronta para voltar a crescer. A avaliação é do ministro João Santana e foi feita durante reunião com os secretários do Ministério da Infra-Estrutura, aos quais o ministro garantiu: "O segundo semestre marcará a recuperação, pelo Ministério, de sua característica de grande investidor".

Otimista, Santana considerou uma vitória a adoção de uma política de reajuste das tarifas de 15% acima da inflação. Ele acredita que já a partir de agosto será possível retomar algumas obras prioritárias, especialmente na área de energia. Uma das obras que poderão ser beneficiadas é a conclusão da usina nuclear Angra II (a usina já está com 74% das obras civis, 71% do projeto de engenharia prontos e 86% dos equipamentos entre-

gues). Para concluí-la, serão necessários investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão.

Certeza

O ministro convocou a reunião com todos os secretários para fazer uma avaliação das realizações do último ano e avaliar as perspectivas para este exercício. João Santana, segundo apurou o Jornal de Brasília, está convicto de que as medidas saneadoras, adotadas ao longo dos últimos meses, permitirão às estatais vinculadas ao ministério investir mais este ano.

Na reunião, ele citou o exemplo das geradoras de energia, que acumulam um crédito de US\$ 2,1 bilhão junto às concessionárias estatais e que, a partir do próximo mês, terão esse círculo de inadimplência rompido. É que a primeira etapa da desequalização dos preços da energia elétrica, permitirá que

a parte da Eletrobrás no pagamento das contas de luz seja diretamente creditada em sua conta pelos bancos. Além disso, foi feito um acordo com as distribuidoras estatais para que elas quitem seu débito em 32 parcelas.

Santana está otimista, também, quanto à aprovação pelo Congresso, ainda no primeiro semestre, do Imposto sobre Combustíveis, que vai gerar US\$ 2,2 bilhões anuais a serem investidos na conservação das rodovias federais. A aprovação desse tributo, encaminhado ao Congresso dentro do Emendão, acabará, definitivamente, com o problema de manutenção das estradas. Técnicos do setor acreditam que, quatro anos após a vigência do imposto, toda a malha rodoviária federal estará em condições de trafegabilidade iguais às dos países do Primeiro Mundo. (Marizete Mundim)